

A África será livre quando o FMI parar de conspirar para roubar sua riqueza | Carta semanal 41 (2025)



Omar Ba (Senegal), *Promenade masquée*, 2016.

Queridas amigas e amigos,

Saudações do **Tricontinental: Instituto de Pesquisa Social**.

Em fevereiro de 2025, o Tribunal de Contas do Senegal **divulgou** um **relatório** que constatou “anomalias” na gestão das finanças públicas entre 2019 e 2024, durante a presidência de Macky Sall (2012-2024). O tribunal concluiu, por exemplo, que embora o governo de Sall tivesse sugerido que o déficit orçamentário para 2023 fosse de 4,9% do Produto Interno Bruto (PIB), na verdade era de 12,3%. O tribunal começou a trabalhar nessa reconstrução das finanças públicas por causa de uma **acusação** muito séria feita pelo novo primeiro-ministro do Senegal, Ousmane Sonko, em uma coletiva de imprensa em Dacar em setembro de 2024. O que os auditores descobriram, e o que o Fundo Monetário Internacional (FMI) **validou**, foi que o índice de dívida real em 2023 era de 99,7% do PIB — não 74,7% — e que o déficit havia sido subestimado em 5,6% do PIB (em agosto de 2025, o índice de dívida foi **corrigido** para 111% do PIB).

A situação financeira no Senegal, disse o primeiro-ministro Sonko, é “catastrófica” devido a três problemas herdados da década de governo de Sall:

1. Uma “política de dívida desenfreada” que aumentou a dívida pública do país e eliminou a possibilidade de qualquer crescimento para pagar essa dívida.
2. Uma administração que escondeu esse endividamento e os profundos problemas da economia do povo senegalês (que, mesmo assim, rejeitou o sucessor escolhido por Sall, Amadou Ba, nas eleições presidenciais de março de 2024 e escolheu Bassirou Diomaye Faye).
3. “Corrupção generalizada”, incluindo a **fraude** do fundo do país para a Covid-19 por parte de quatro ministros.



Amadou Camara Gueye (Senegal), *Pêche métaphysique*, 2021.

As evidências de que o governo de Sall conscientemente levou o país à falência e roubou dinheiro do erário público estão sendo lentamente reunidas pelo presidente Faye e pelo primeiro-ministro Sonko. Faye (nascido em 1980) e Sonko (nascido em 1974) são ex-funcionários da Receita Federal que ingressaram na política frustrados com os níveis de incompetência, fraude e corrupção na política e na burocracia senegalesa. Jovens com ideais patrióticos, Faye e Sonko estudaram na École Nationale d'Administration [Escola Nacional de Administração] e depois se conheceram na Direção-Geral de Impostos e Patrimônio (DGID, na sigla em francês), onde Sonko havia criado o Sindicato Autônomo de Agentes Fiscais e Imobiliários.

Em 2011, a empresa canadense SNC-Lavalin ganhou um contrato de 50 milhões de dólares para construir uma planta de processamento de areias minerais na Grande Côte. No entanto, posteriormente foi **revelado** nos **Paradise Papers** que o governo senegalês havia assinado o contrato com uma entidade conhecida como

SNC-Lavalin Mauritius. Em outras palavras, a empresa canadense havia se tornado uma empresa mauriciana (convenientemente, havia um tratado tributário entre o Senegal e as Ilhas Maurício que isentava as empresas registradas nas Ilhas Maurício do pagamento de impostos no Senegal). Devido a essa mudança de jurisdição, a SNC-Lavalin conseguiu evitar o pagamento de pelo menos 8,9 milhões de dólares em impostos ao Senegal (a receita anual da SNC-Lavalin é de cerca de 6 bilhões – um terço do PIB do Senegal, que tem uma população de 18 milhões).



Séa Diallo (Senegal), *Départ X*, 2017.

O primeiro-ministro Sonko foi um oponente notório desse projeto e, em janeiro de 2014, formou um partido político chamado Patriotas Africanos do Senegal pelo Trabalho, Ética e Fraternidade (**PASTEF**) para dar continuidade à luta. Em 2017, ele ganhou uma cadeira na Assembleia Nacional, onde levantou a questão dos paraísos fiscais e roubo corporativo. “Um paraíso fiscal pode ser um paraíso para multinacionais que querem evitar o pagamento de impostos”, **disse ele** em 2018. “Mas para o país, é um inferno”. Em 2019, Sonko ganhou quase 16% dos votos em uma eleição presidencial contenciosa. Nas eleições municipais e parlamentares de 2022, houve grandes ganhos para uma coalizão liderada pelo PASTEF chamada Yewwi Askan Wi [Liberte o Povo], com o candidato do Partido Socialista do Senegal, Barthélémy Dias, eleito prefeito de Dacar. O então presidente Sall ficou furioso com esses ex-funcionários fiscais e tentou banir seu partido e silenciar Sonko. Isso levou a grandes manifestações em 2023-2024, que culminaram na vitória eleitoral de Faye e Sonko. Não é surpresa que esses ex-funcionários da Receita Federal tenham vasculhado os livros contábeis dos contadores e descoberto evidências de fraude.

Mas serão Sall e seu governo os únicos culpados de fraude? Afinal, toda a burocracia senegalesa, incluindo o Tribunal de Contas, parece não ter agido em relação às denúncias feitas por Sonko e outros, nem às revelações

dos Paradise Papers.

Talvez o ato de má conduta mais flagrante não seja do governo senegalês, mas do FMI. Desde que Sonko começou a levantar essa questão em 2017, o FMI publicou pelo menos sete relatórios de equipe sobre o Senegal, nenhum dos quais indicou qualquer problema com os acordos de relatórios sobre dívida ou finanças. O **relatório de equipe do FMI de 2019**, por exemplo, observou que os acordos de auditoria do Senegal estavam em conformidade com as **Normas Internacionais de Relatório Financeiro** e que o país havia assinado o **Padrão Especial de Disseminação de Dados do próprio FMI** em 2017. Se o FMI aprovou os dados fornecidos pelo Senegal, então ele é tão responsável por fraude quanto o governo Sall e deve ser responsabilizado.



Souleymane Keita (Senegal), *Composição*, 2010.

Em outubro de 2024, após revelações de relatórios orçamentários incorretos, o FMI **suspendeu** o programa de empréstimos do Senegal. Em março de 2025, o **relatório da equipe do FMI** observou a “necessidade de reformas urgentes” na burocracia e nas instituições do Senegal (mas não no próprio FMI). Na mesma época, o porta-voz do FMI, Julie Kozack, **afirmou** que o Senegal talvez não precisasse devolver os empréstimos fraudulentos do governo Sall devido à boa-fé com que o governo Faye-Sonko conduziu uma auditoria para desvendar essas irregularidades. No entanto, essa isenção veio com condições, pois faria parte das negociações entre o FMI e o Senegal.

O FMI mostrou sua mão no **relatório da equipe de agosto de 2025** — queria usar a possibilidade de uma renúncia para extrair concessões do novo governo, incluindo mudanças estruturais para corroer o que restava da soberania senegalesa. O governo Faye-Sonko ganhou um mandato popular para fortalecer a soberania. O FMI está usando a honestidade do governo Faye-Sonko sobre a fraude do governo anterior para miná-lo. O que o FMI busca é maior acesso a “setores estratégicos” (como energia e agricultura) por meio de corporações multinacionais, disciplina fiscal mais rígida pelo governo (isto é, menos gastos sociais para a classe trabalhadora e o campesinato) e uma continuação do **Plano Senegal Emergente** de 2014 feito por Sall, que usa chavões tecnocráticos para mascarar a drenagem de riqueza para as mãos de multinacionais estrangeiras e da elite senegalesa. A renúncia irá pairar sobre o governo de Faye-Sonko para coagi-lo a trocar sua agenda de soberania pela agenda de subserviência do FMI.



Younousse Seye (Senegal), *Sem título*, 1972.

O caso do Senegal não é incomum. Na década de 1980, governos militares apoiados pelos EUA na América Latina realizaram empréstimos extra orçamentários, que o FMI levou a sério em palavras, mas não em ações. Em 2000, o FMI **identificou** relatórios incorretos do governo militar do Paquistão, mas novamente não fez nada, especialmente depois que este aderiu entusiasticamente à Guerra ao Terror dos EUA em 2001. Na mesma época, o FMI **perdoou** a Ucrânia por relatórios incorretos da dívida, agindo mais uma vez sob pressão do governo dos EUA, que buscava manter a orientação pró-ocidental do presidente Leonid Kuchma. O mesmo aconteceu com **Congo-Brazzaville** em 2002 e a **Gâmbia** em 2003. Em 2006, o FMI divulgou um **documento** sobre como tornar as políticas de relatórios incorretos “menos onerosas” para não sobrecarregar os países com pesadas penalidades. Essa atitude influenciou o tratamento dado pelo FMI a **Moçambique** em 2016, quando o exportador de energia enfrentou desafios decorrentes de dívidas ocultas.

Governos favorecidos por Washington são repreendidos, enquanto governos ansiosos por desenvolver uma política soberana são punidos.



Pape Daouda Gueye (Senegal), *Les amies*, 1960.

Em setembro, o grande músico senegalês Cheikh Lô (nascido em 1955) lançou um novo álbum chamado *Maame* (2025). O álbum apresenta uma **faixa de reggae** chamada “African Development”, que começa com Cheikh Lô entoando os nomes de Cheikh Anta Diop, Thomas Sankara e Nelson Mandela, antes de improvisar com as palavras “África livre, livre, livre... A África deve ser livre”. Esta canção é um retorno à fonte, às esperanças e aspirações de quando o Senegal conquistou sua independência em 1960 e hasteou sua bandeira sob a liderança de seu primeiro presidente, Léopold Sédar Senghor. ‘Saúde em primeiro lugar’, canta Cheikh Lô, que prossegue listando uma série de reivindicações:

Agricultura, criação de animais, pesca.
Educação: templo do conhecimento.
Formação profissional.
Criação de empregos para jovens.
Segurança pública.
Preservar os recursos naturais.
Combater a pobreza.
Combater a corrupção.
Justiça independente e justa.
Desenvolver a democracia.

A liberdade para a África está longe de ser garantida pelas 54 bandeiras hasteadas nas 54 capitais do continente. A liberdade só poderá vir quando os povos africanos afirmarem o controle soberano sobre seus próprios recursos e se emanciparem das indignidades do capitalismo e do imperialismo.

Cordialmente,

Vijay